



1.25 • Conjuntura internacional

Rio+20: futuras implicações no conceito de sustentabilidade

Brígida Rocha Brito

ENTRE 20 E 22 DE JUNHO de 2012 teve lugar no Rio de Janeiro a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, vulgarmente denominada por Rio+20, dando continuidade a eventos anteriores. A denominação comum da Conferência reaviva a filosofia da sua antecessora, a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (1992), realizada na mesma cidade vinte anos antes.

O objectivo formal deste evento consistiu em reforçar o compromisso político internacional no que respeita à promoção do desenvolvimento sustentável. O lema da Conferência foi *The future we want*, procurando dar continuidade à ideia defendida há vinte e cinco anos no quadro do Relatório Brundtland (1987), *Our common future*, de que o processo de mudança a nível mundial tem de ser entendido como uma tarefa partilhada. Este processo é concebido como comum, centrando-se, entre outros aspectos, na criação de uma relação socioambiental equilibrada com efeitos de longo prazo.

A oportunidade do conceito

O conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado em 1987 no Relatório Brundtland (CMAD, 1987: 46), foi definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Esta definição foi apresentada com a convicção de que o processo de mudança pressupõe transformações de âmbito socioeconómico com impactos produzidos nos diferentes níveis da vida.

A ideia subjacente à sustentabilidade passou a ser incorporada na discussão do desenvolvimento de forma integrada e sistémica, relacionando diferentes dimensões, nomeadamente a ambiental, a económica e a social, sabendo-se que também remete para questões de ordem cultural, política

e humana. Estes pressupostos apareciam já referenciados, apesar de não relacionados de forma tão clara, nos princípios defendidos na Declaração de Estocolmo (1972) que resultou da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. Em 1992, as preocupações com a sustentabilidade foram reforçadas na Eco92 e nas acções prosseguidas no quadro do Fórum Global: a percepção de que a articulação socioambiental só é viável a partir do empenho e envolvimento de todos sem excepção.

Com a realização da Eco92, incluindo a Cimeira e o *Fórum Global*, foram reconhecidos avanços na forma de perspectivar todo o processo, materializando-se na assumpção do documento estratégico e orientador, Agenda21. Passados dez anos, as expectativas multiplicaram-se e a realização da *Cimeira da Terra (The Earth Summit)*, em Joanesburgo em 2002, terminou em clima de desilusão, fazendo parecer que os resultados alcançados com a Eco92 sofriam um retrocesso. As discussões em torno do desenvolvimento continuaram a estar na ordem do dia apesar do esvaziamento do compromisso institucional das políticas e das medidas estratégicas de acção. A interpretação generalizada dos resultados da Cimeira vai no sentido de um desfasamento entre as preocupações ambientais e a vontade de dar continuidade aos modelos económicos fundamentados no crescimento, sendo que estes continuam a prevalecer até aos dias de hoje.

E mais dez anos passaram até se chegar de novo ao Rio de Janeiro (2012), assumindo-se a urgência de retomar a discussão sobre a sustentabilidade e as suas implicações a nível mundial. A Cimeira

é dominada pelo desconforto da crise económica internacional que obriga a uma reflexão quase imediata sobre a pertinência dos pressupostos associados à aquisição de riqueza por via das relações entre a produção e o consumo. A percepção de que a apetência mundial para o crescimento não tem diminuído pondo em causa o desejado equilíbrio socioambiental promove um debate de reequação dos critérios da sustentabilidade. O tema permanece actual mas a problematização do conceito, dos pressupostos, das metodologias e dos promotores, carece de revisão e actualização.

Olhares críticos

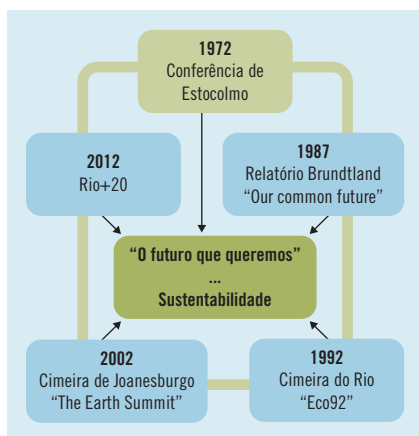
Durante os dias em que decorreu a Cimeira, mas também nos seguintes, a leitura do evento não obteve consenso: por um lado, a visão institucional, seja brasileira ou estrangeira, enalteceu a Conferência congratulando-se com os supostos avanços alcançados (ver *Balanço da Cimeira Rio+20 e do evento Cúpula dos Povos*). Por outro lado, tanto os representantes da sociedade civil presentes na Cúpula dos Povos, como os meios de comunicação social ou a opinião pública sentiu a penalização da: a) ausência de representantes de Estados com poder na cena internacional como são os casos de Barak Obama, Angela Merkel e David Cameron; b) inexistência de novos modelos conceptuais sobre a sustentabilidade que permitam alcançar outras dimensões até aqui não consideradas ou minimizadas; c) incapacidade de apresentar medidas estratégicas efectivas que impliquem diferentes tipos de actores no processo de mudança; d) desilusão em relação aos pressupostos apresentados e defendidos no que

A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA RIO+20: A CÚPULA DOS POVOS

À semelhança do que sucedeu em 1992 por ocasião da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, Eco92, em que a Sociedade Civil se mobilizou realizando um evento paralelo denominado *Fórum Global*, no âmbito da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, Rio+20, teve lugar a *Cúpula dos Povos*. Dado que estas Conferências resultam em cimeiras de alto nível enquadrando a participação de chefes de Estado ou seus representantes, a presença proactiva das organizações da sociedade civil fica inviabilizada. A possibilidade de debaterem os temas em análise, manifestarem posições e criarem sinergias ensaiando acções concretas centra-se na organização de um evento paralelo com carácter mobilizador.

A *Cúpula dos Povos* representa a vontade e a capacidade de uma intervenção alternativa por parte das Organizações que trabalham no terreno, procurando, em conjunto, solucionar os problemas identificados no quadro dos temas em discussão na Rio+20. O objectivo principal era identificar meios para combater a denominada injustiça social ambiental, definida a partir de uma concepção global, geradora de crises com impactos de nível mundial. Por um lado, foram identificados os problemas causados pelos modelos de produção e consumo caracteristicamente capitalistas; por outro, definidas as metodologias de acção fundamentadas no estabelecimento de parcerias e redes de âmbito internacional; por fim, adoptada uma abordagem com conotação política, orientada pelo lema “Venha reinventar o Mundo”.

Deste evento paralelo resultou um documento, a *Carta da Cúpula dos Povos*, evidenciando tanto o descontentamento em relação ao *status quo* da política internacional para as questões ambientais, como a vontade expressa de ir além das decisões institucionais assumidas no decurso da Cimeira dos Chefes de Estado, consideradas insuficientes por não serem mais do que uma lista de intenções pouco ou nada operativas.



Da Conferência de Estocolmo ao Rio+20: 40 anos a pensar no futuro sócioambiental.
 Fonte: Brígida Rocha Brito.

Positivo	Negativo
Cimeira Rio+20	
Criação do Fórum de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável.	Inviabilidade de criar a Agência Mundial do Ambiente na dependência das Nações Unidas, substituindo o PNUMA (UNEP).
Reforço dos princípios estabelecidos em Cimeiras anteriores.	Negação da criação de uma taxa mundial para a governança ambiental global.
Valorização da Economia Verde.	Reforço de subsídios para uso de combustíveis fósseis sem atender ao problema da esgotabilidade.
Reafirmação da necessidade urgente de erradicar a pobreza.	Tendência para gerar pessimismo nos observadores, comunicação social e opinião pública.
Enquadramento dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (após 2015).	Clima de desilusão e de descrença em relação à vontade e à capacidade institucional dos Estados para cumprirmos os objectivos da sustentabilidade.
	Análise superficial e inconclusiva de temas socioambientais definidos como urgentes a nível mundial (oceanos, florestas, energias).
	O documento final "The future we want" resulta em mais uma declaração de intenções sem comprometimento efectivo dos Estados.
	Separação clara entre as preocupações dos Chefes de Estado (Cimeira) e dos representantes da Sociedade Civil (Cúpula dos Povos).
Cúpula dos Povos	
Mobilização da Sociedade Civil de nível internacional.	Evento paralelo que se mantém à margem das decisões que resultam da Cimeira.
Reforço das redes internacionais criadas por representantes da Sociedade Civil.	Dificuldade de mobilização de todos os intervenientes para passar da acção manifestante aos resultados efectivos com compromisso político.
Partilha mundial de experiências de terreno em identificação de dificuldades e oportunidades.	Incapacidade de impor a equidade defendida entre o crescimento económico e a solução dos problemas ambientais.
Identificação conjunta de fileiras alternativas aos modelos institucionais para a promoção do desenvolvimento sustentável.	Perpetuação da dificuldade em encontrar fontes de financiamento que permitam dar continuidade às acções no longo prazo.
Reforço da capacidade crítica fundamentada em valores sociais e ambientais.	
Relativização dos modelos de crescimento económico convencionais com orientação para formas produtivas sócio-ambientalmente enquadradas.	

Balanco da Cimeira Rio+20 e do evento Cúpula dos Povos. Fonte: Brígida Rocha Brito.

respeita à denominada economia verde; e) o adiamento da discussão aprofundada de temas que garantem a análise do conceito de sustentabilidade, tais como as florestas, os oceanos e a energia. Em larga medida, a crítica ensombrou toda e qualquer decisão, fosse no quadro da Cimeira ou da Cúpula dos Povos. O debate em torno da relação economia-ecologia foi globalmente considerado como um dos grandes falhanços desta Cimeira, deixando em aberto praticamente todas as possibilidades. É certo que muitos dos temas previamente agendados, e acima indicados, poderiam resultar, a nível internacional, como constrangedores e geradores de desconforto. A opção recaiu ora no adiamento das discussões, ora na assumpção de que, em pleno século XXI, o suposto princípio do poluidor-pagador ainda faz sentido.

Mais susceptível de crítica foi a posição institucional de inviabilizar a criação de uma Agência Mundial para o Ambiente, sob a égide das Nações Unidas, com capacidade financeira e poder de actuação sectorial. A alternativa possível parece ter sido a criação de um *Fórum de alto nível para o Desenvolvimento Sustentável*, que deixa em aberto o cepticismo dos analistas, substituindo a anterior *Comissão do Desenvolvimento Sustentável* criada em 1992. Paralelamente, foi assumido o compromisso de reforçar a esfera de actuação do *Programa das Nações Unidas para o Ambiente* (PNUMA).

Mas as críticas não foram totalmente derrotistas, já que a interpretação do *Núcleo de Estudos e Pesquisa do Senado Federal* é profundamente optimista. Assim, para além do reforço óbvio da sociedade civil, enquanto protagonista dos processos de mudança, a economia verde reafirmou-se como uma estratégia a ser adoptada a nível mundial, representando um caminho viável para a minimização dos problemas de pobreza, contribuindo ainda para a segurança alimentar e nutricional.

Face à impossibilidade de, em tempo útil, operacionalizar a integração dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), partindo da formatação de indicadores de avaliação e de metas, ficou o compromisso da adopção dos modelos a partir de 2015. Se este factor foi profundamente criticado por uns, para outros representou um avanço, requerendo contudo, ao longo do tempo, negociação intergovernamental.

Resultados

A avaliação dos resultados do Rio + 20 parece ainda prematura requerendo ponderação na interpretação dos impactos. É incontestável que muitas questões ficaram por debater impossibilitando a tomada de decisões que são reconhecidas como de extrema importância para a promoção do desenvolvimento que se deseja para o futuro. A insistência em manter alguns modelos favoráveis a um

crescimento sem controlo e que não contabilize custos socioambientais parece ser uma das principais críticas objectivamente construídas. Por outro lado, começa a adquirir expressão a ideia de que, invariavelmente, estas Cimeiras resultam em frustração de expectativas por originarem a produção de documentos que não passam de declarações de intenções sem preocupações estratégicas.

“
[...] no contexto da Conferência [...] a sociedade civil mundial foi alertada para a urgência de uma governança global do Ambiente [...]

”

Contudo, há que reconhecer o mérito de que, no contexto da Conferência, através da divulgação pelos mais diversos canais, a sociedade civil mundial foi alertada para a urgência de uma governança global do Ambiente, sabendo-se que os espaços, os ecossistemas e os recursos são cada vez mais perspectivados a partir de uma dimensão global. É ainda relevante considerar que os decisores, os políticos e os empresários retornaram à problemática ambiental e que, mesmo sem que se consiga alcançar os resultados desejados, com a continuidade destas acções, vão sendo sensibilizados e informados sobre os riscos e as alternativas. Após a Rio + 20, a expectativa final que ficou em aberto foi a da oportunidade da realização de novas Conferências seguindo o modelo que ao longo de 20 anos tem vindo a ser defendido e implementado. As questões que se colocam no final são: estará o modelo das Cimeiras esgotado? Haverá necessidade de reequacionar o conceito de sustentabilidade? De que forma se pode recriar o processo de desenvolvimento? Questões que ficam sem uma resposta consensual, ou pelo menos simples e imediata, a aguardar novos desenvolvimentos. ■

Referências bibliográficas

- BEISHHEIM, Marianne; LODE, Birgit; SIMON, Nils (2012) — *Rio + 20, Realpolitik and Its Implications for "The Future We Want"*. SWP Comments 25. German Institute for International and Security Affairs, August.
- Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1987). — *O Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*. Lisboa, Meribérica/Liber.
- Cúpula dos Povos (2012) — Carta «A economia que precisamos: Declaração do movimento de Economia Social e Solidária à Rio + 20». Consultado *online* em <http://cupuladospovos.org.br/> [acedido em 18 de Janeiro de 2013].
- Cúpula dos Povos (2012) — Consultado *online* em <http://cupuladospovos.org.br/> [acedido em 18 de Janeiro de 2013].
- Declaração final da Cúpula dos Povos (2012) — *Cúpula dos Povos na Rio + 20 por Justiça Social e Ambiental — Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*. Consultado *online* em <http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio-20-2/> [acedido em 18 de Janeiro de 2013].
- GOLDENBERG, José (2012) — *Uma avaliação da Rio + 20: sucesso ou fracasso*. In *Envolverde, jornalismo e sustentabilidade*, 16 de Junho de 2012. Consultado *online* em <http://envolverde.com.br/> [acedido em 15 de Janeiro de 2013].
- ONU (2012) — *Rio + 20, o futuro que queremos*. Consultado *online* em <http://www.ofuturoquenosqueremos.org.br/> [acedido em 15 de Janeiro de 2013].